



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GTED/SELOG/SR/PF/TO

Processo nº 08297.000057/2022-56

ESTUDOS PRELIMINARES

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. Dados do Processo:

Órgão Responsável pela Contratação:	Superintendência da Polícia Federal no Tocantins
Objeto:	Contratação de 01 posto de Artífice de Manutenção Predial e 01 posto de Auxiliar de Manutenção Predial para atender demandas da SR/PF/TO
Nº do Processo:	08297.000057/2022-56

2. Normativo que disciplina o serviço a ser contratado:

2.1. Instrução Normativa nº 05, de 26 de Maio de 2017/SEGES/MPDG - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

3. Necessidade da Contratação:

3.1. Contratação dos serviços terceirizados de 01 posto de Artífice de Manutenção Predial e 01 posto de Auxiliar de Manutenção Predial, de forma contínua, a fim de suprir a demanda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins.

3.2. O serviço objeto deste Termo de Referência é de natureza contínua e imprescindível, dada a necessidade de manutenção dos imóveis em uso pela Superintendência Regional de Polícia Federal em Tocantins, que desta forma atende ao preceito das condições básicas e de segurança na realização das atividades desenvolvidas por esta regional, evitando paralisação do serviço, objetivando propiciar um ambiente agradável a todos os servidores e visitantes da CONTRATANTE.

3.3. A descontinuidade da execução desses serviços pode prejudicar a regularidade e continuidade na prestação dos serviços das áreas de apoio e operação da Superintendência pela falta de conservação, além de causar riscos à segurança dos servidores e dos visitantes.

3.4 A manutenção predial é uma necessidade continuada, sendo recomendada sua execução indireta, por ser mais conveniente e econômica.

3.5 A execução do serviço em tela atenderá às disposições contidas na Lei nº 9.632/98, publicada no DOU de 08/05/98, que trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal, onde prevê que a contratação das atividades correspondentes será mediante a execução indireta. O Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 26/05/2017, atualizada que disciplina a contratação e a execução indireta dos serviços terceirizados, cuja categoria profissional não mais ingressará na Administração Pública Federal, visto que não haverá concurso público para o provimento destes cargos.

4. Indicar se a contratação está alinhada aos planos instituídos pelo Órgão como Planejamento Estratégico:

4.1. A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, com aprovação atualizada pela Portaria nº. 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, contribuindo para que se atinja o seguinte fator crítico de sucesso:

4.1.1. Apoio logístico efetivo.

5. Requisitos da Contratação:

5.1. Definição apresentada na Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

5.2. No caso em concreto, considerando que os serviços continuados de manutenção elétrica, hidráulica e civis visam dar apoio às atividades da instituição, sua ausência geraria queda na qualidade da atividade-fim deste Órgão e consequente menor qualidade nos serviços prestados à sociedade, parâmetro este difícil de mensurar.

5.3. Por se tratar de serviço de caráter continuado, o contrato deverá ter inicialmente vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 60 meses, conforme Art. 57, inciso II da Lei 8.666/1993.

5.4. Duração Inicial do Contrato:

5.4.1. Início previsto: A referida prestação de serviços deve ser iniciada em até cinco dias após a publicação do extrato resumido do instrumento contratual no D.O.U.

5.4.2. Prestação de serviços de natureza continuada, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

5.5. Sustentabilidade:

5.5.1. A CONTRATADA fica obrigada a adotar os termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, notadamente o disposto em seu Art. 6º, no que for aplicável.

5.5.2. Foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis disponibilizado pela AGU em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio1.pdf>, entretanto não foi localizado nenhum dispositivo aplicável a contratação em tela.

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, foi realizado levantamento dos materiais necessários, tendo como base a atual realidade e as contratações anteriores, chegando-se ao seguinte resultado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VIDA UTIL ESTIMADA EM MESES
1	CHAVE TESTE DE TENSÃO COM SINAL SONORO	1	12
2	ALICATE AMPERÍMETRO	1	12
3	JOGO DE CHAVES DE BOCA 4 Á 24 MM	1	12
4	JOGO DE CHAVES ALLEN	1	12
5	JOGO DE CHAVES TORX	1	12
6	JOGO DE CHAVES PHILIPS	1	12
7	JOGO DE CHAVES FENDA	1	12
8	MASCARA AUTOMÁTICA DE SOLDA	1	6
9	ALICATE UNIVERSAL	2	12
10	ALICATE DE CORTE	1	12
11	ALICATE DE BICO	1	12
12	ALICATE DE PRESSÃO	1	12
13	CARRINHO DE MÃO	1	36

14	ENXADA com cabo de madeira	1	36
15	PÁ com cabo de madeira	1	36
16	CAVADEIRA com cabo de madeira	1	36
17	PICARETA com cabo de madeira	1	36
18	COLHER DE PEDREIRO Nº 08	1	36
19	TALHADEIRA	1	36
20	AVENTAL DE COURO	1	36
21	LUVA ISOLANTE PARA ELETRICISTA (ALTA TENSÃO)	1	36
22	LUVA DE RASPA	1	36
23	NÍVEL DE MÃO	1	36
24	LUVA DE MALHA TRICOTADA 4 FIOS PIGMENTADA	4	12
25	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA	1	36
26	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA	1	36
27	JOGO DE ESPATULAS	1	36
28	CHAVE GRIFE 18	1	36
29	CAPA DE CHUVA	2	12
30	PROTETOR AURICULAR (TIPO CONCHA)	2	36
31	Óculos de proteção, incolor, com proteção lateral	2	36
32	Galocha impermeável, com solado anti-derrapante	2	12
33	MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA	2	36
34	PROTETOR FACIAL INCOLOR (Face Shield)	2	36
35	CAPACETE DE SEGURANÇA	2	36
36	Cinto de segurança, tipo paraquedista, com rosquete duplo	2	36

37	ALICATE DESENCAPADOR DE FIOS 8"	1	36
----	---------------------------------	---	----

5.7. A forma de prestação do serviço seguirá a peculiaridade do trabalho, entretanto, segue, de forma exemplificativa, a descrição das tarefas básicas para prestação do serviço:

5.7.1. Artífice de Manutenção Predial (**CBO 5143-25**): Executar serviços de manutenção elétrica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos no prédio da SR/PF/TO e garantir a segurança dos usuários e a boa conservação do imóvel; efetuar tarefas de manutenção, consertos e reparos de bens móveis e imóveis; relatar sobre as necessidades de manutenção de cada tipo de bem durável e predial da sede e anexos; solicitar o material necessário para os reparos e consertos e acompanhar a execução dos serviços; apoiar o setor de patrimônio e almoxarifado; auxiliar a comissão de alienação de bens; auxiliar nos reparos dos bens imóveis, como: serviços de alvenaria, pintura, hidráulica, elétrica, etc; executar serviços de manutenção e reparos das dependências físicas, equipamentos e materiais permanentes; manter a guarda e o perfeito funcionamento das ferramentas de trabalho; fixar e retirar elementos (suportes, prateleiras, barras, quadros, dentre outros); montar e desmontar portas, divisórias e acessórios; Substituir correção do sistema hidráulico (canos, torneiras, válvulas, etc.); observar a abertura e o fechamento das portas e realizar, caso necessário, os devidos reparos; observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem assim cumprir as normas internas da SR/PF/TO; guardar sigilo de assunto pertinente ao serviço; executar outras tarefas da mesma natureza e de igual nível de complexidade. Escolaridade exigida: nível médio completo. Carga horária: 44 horas semanais. Outros: experiência na área comprovada.

5.7.2. Auxiliar de Manutenção Predial (**CBO 5143-10**): Auxiliar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservar vidros e fachadas, limpar recintos e acessórios e tratar de piscinas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Auxiliar nos serviços braçais em geral junto aos demais contratados e conforme necessidade da administração, como lavagem simplificada dos veículos, mudança de mobiliário, carregamento de processos, etc.; apoiar o setor de patrimônio e almoxarifado; auxiliar a comissão de alienação de bens; auxiliar nos reparos dos bens imóveis; zelar pela preservação do patrimônio da SR/PF/TO sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário; observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem assim cumprir as normas internas do órgão; guardar sigilo de assunto pertinente ao serviço; apoiar o setor de patrimônio e almoxarifado; auxiliar a comissão de alienação de bens; e exercer outras atividades correlatas à função. Escolaridade exigida: nível médio completo. Carga horária: 44 horas semanais;

5.8 DAS DIÁRIAS:

5.8.1 Há possibilidade de deslocamentos para atender as demais edificações da Superintendência, a saber, Edifício do NIP da SR/PF/TO, situado na Quadra AANE 40 Al. 01, 0 - QI 01 LT 01 - Palmas/TO, Posto Avançado de Gurupi, situada na Avenida Para, N 1206, Centro – Gurupi/TO e Delegacia de Polícia Federal de Araguaína, situada na Rua 13 de junho, Quadra 31, Lote 01, Vila Rosário – Araguaína/TO onde os deslocamentos ocorrerão por meio de viaturas da Polícia Federal, em que um servidor acompanhará e levará o funcionário da CONTRATADA ao destino.

5.8.2. A quantidade estimada de deslocamentos previstas é de 15 (quinze) vezes, portanto, há a necessidade de previsão de pagamento de diárias, para custeio de gastos com alimentação, transporte e hospedagem.

5.8.3. Deverá ser observado para confecção do termo de referência os seguintes requisitos relacionados ao pagamento das diárias:

5.8.4. Os valor das diárias a serem pagas aos empregados terão como referência os valores fixados na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Operadores de Máquinas do Estados do Tocantins - SIMTROMET e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGA DO ESTADO DE TOCANTINS nº TO000050/2021 (21739339) e serão pagas pela Contratada com antecedência mínima de 02 (dois) dias do início da viagem.

5.8.5. A CCT acima não é de utilização obrigatória, devendo ser utilizada apenas se a CCT de enquadramento sindical do licitante não estipular valor específico para pagamento de diárias.

5.8.6. Quando não houver pernoite, será devido 50% do valor da diária, ou conforme disciplinado em CCT específica utilizada pelo licitante.

5.8.7. A Contratada solicitará o ressarcimento dos valores pagos a título de diárias em documento não-fiscal, com periodicidade mensal, tendo em vista se tratar de despesa de natureza indenizatória, não constituindo receita de serviços prestados à Contratante.

5.8.8. Os valores pagos a título de diárias para viagens não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário, conforme previsto no inciso 457, Parágrafos 1º e 2º da CLT.

5.8.9. No caso de deslocamento que implique a concessão de diária a ser paga ao empregado, é vedado valor inferior ao previsto na Convenção Coletiva da Categoria e caso não haja previsão em novos normativos que visem substituir os atuais, o valor continuará a ser pago em conformidade com a Convenção que servia de base.

5.8.10. Os itinerários serão definidos pela Contratante, de acordo com a necessidade do serviço e, eventualmente, poderão abranger sábados, domingos e feriados, com carga horária de 44 horas semanais, conforme a Consolidação da Leis Trabalhistas - CLT.

5.8.11. Os serviços prestados nos dias e horários que extrapolem o horário de trabalho normal do empregado, quando previamente autorizados pela Contratante, serão objeto de compensação de horário na forma da Legislação Trabalhista.

6. Estimativa das Quantidades:

6.1 (um) posto de Artífice de Manutenção e (um) posto de Auxiliar de Manutenção Predial na Superintendência da Polícia Federal no Tocantins (Endereço: Quadra 103 Sul, Av. LO 01, Lote 53, centro – Palmas/TO)

6.2. Para estimar a quantidade de postos de trabalho e materiais utilizou-se como base o histórico das contratações anteriores realizadas por esta Unidade.

7. Levantamento das alternativas/Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:

- 7.1. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado dado que a atividade que se visa contratar é de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.
- 7.2. Pelo exposto, justifica-se como solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

8. Estimativas de Preços ou Preços Referenciais:

8.1. Com base na planilha de custos e formação de preços elaboradas pela Administração, obteve-se o valor de referencia para a contratação, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Mensal(R\$)	Valor anual (máximo aceitável)
1	Artífice de Manutenção Predial (CBO 5143-25) - com adicional de periculosidade de 30%	Posto	1	7.852,25	R\$ 94.227,00
2	Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10) - com adicional de periculosidade de 30%	Posto	1	4.594,15	R\$ 55.129,80
3	Reembolso de viagem (Diárias) – Conforme limites estabelecidos em CCT. ** ESTE ITEM NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA*	Und	15	141,87	R\$ 1.702,50
Valor Total >>				12.588,28	R\$ 151.059,36

9. Descrição da Solução como um todo:

9.2. A solução apontada pelo presente estudo é a contratação 01 posto de Artífice de Manutenção Predial e 01 posto de Auxiliar de Manutenção Predial em atendimento às necessidades de manutenção predial da Superintendência Regional de Polícia Federal no Tocantins.

10. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução:

10.1 Os serviços por sua natureza não são passíveis de parcelamento.

10.2 Ademais, a jurisprudência do TCU admite a possibilidade de não parcelamento para casos de serviços terceirizados sem maior complexidade como é o caso dos presentes autos. Veja-se:

"O parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especialização técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização.

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 7/2018, promovido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi/SP) para a contratação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, em prol das unidades do Sesi nos municípios de Santos, Americana, Nova Odessa e Monte Alto. Entre as irregularidades suscitadas, mereceu destaque a “possível inobservância do princípio do parcelamento do objeto nos critérios utilizados para a definição dos Lotes 1, 2 e 3, considerando, para tanto, as unidades do Sesi abrangidas por cada lote, a diversidade dos itens de serviços a serem contratados (portaria, limpeza, manutenção e jardinagem) e o fornecimento de materiais”. Instado a se manifestar, o Sesi/SP sustentou que “jardinagem, portaria, limpeza e conservação são serviços de baixa complexidade e que não demandam especialização técnica, de modo que a expertise da contratada está no recrutamento e gestão de pessoal, e não propriamente nos serviços continuados disponibilizados ao contratante”. Acrescentou ainda que “conforme jurisprudência sedimentada no âmbito do Tribunal de Contas da

União, o parcelamento é desnecessário por não representar qualquer vantagem ao ente contratante, nem estimular qualquer aumento da competitividade”, sendo “intuitivo que a existência de três contratos distintos, nesses casos, significaria custos três vezes maiores para sua gestão, a qual engloba controle diário sobre a efetiva prestação, avaliação do serviço, recebimento e checagem de guias de recolhimento, comprovantes e demais documentos que comprovam a regularidade da empresa no cumprimento de suas obrigações legais e trabalhistas em relação aos seus funcionários, controle de benefícios e demais obrigações definidas por acordo ou convenção coletiva, além de todas as outras atividades típicas de gestão e fiscalização de contratos”. E arrematou o Sesi/SP: “O certame teve ampla divulgação, conforme prática adotada na Entidade, com publicação em jornal de grande circulação (O Estado de São Paulo), Diário Oficial da União, site da entidade e quadro de avisos. Dessa forma, 31 empresas retiraram o edital e 28 participaram do certame. Não houve quaisquer questionamentos, erratas ou avisos e, mais importante, não houve impugnação ao Edital. O certame transcorreu regularmente, com ampla competitividade – quantidade de empresas participantes, quantidade de lances, redução dos valores em relação ao início da disputa, em relação aos valores propostos antes da fase de lances e em relação aos valores estimados”, além do que “a contratação tem como essência a prestação de serviços de terceirização, ou seja, cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo essa a expertise da empresa, e não cada um dos serviços”. Ao apreciar as justificativas apresentadas pela entidade, a unidade técnica considerou “razoáveis as premissas que levaram ao critério de parcelamento do objeto adotado pelo Sesi/SP no Pregão Eletrônico 7/2018, mormente por se tratar de serviços não especializados – para os quais, em regra, deve ser evitado o parcelamento, em vista do disposto no item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário – e por envolverem materiais de baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó, etc.”. Ao acolher o entendimento da unidade instrutiva, o relator aduziu as seguintes razões: “(i) mais de trinta licitantes teriam participado em cada um dos três lotes integrantes do Pregão Eletrônico 7/2018, evidenciando a satisfatória competitividade no certame; (ii) a soma dos valores nas três propostas vencedoras teria alcançado o montante de R\$ 33.500,00 ao mês (Peça 20), ao passo que a contratação teria o valor estimado de R\$ 35.799,51 ao mês, correspondendo ao desconto na ordem de 6,42% em benefício do Sesi-SP; (iii) a ausência de parcelamento do objeto teria restado justificada em face da baixa complexidade dos serviços não especializados, além dos materiais com baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó etc., em linha com o precedente fixado pelo item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013 prolatado pelo Plenário do TCU na seguinte linha: (...) 9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática”. O colegiado anuiu ao entendimento do relator. [Grifou-se]. Acórdão 10049/2018 Segunda Câmara, Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho. Elaboração: Diretoria de Jurisprudência – Secretaria das Sessões”

10.3 Portanto, é possível a licitação global por grupos para serviços terceirizados considerados de baixa complexidade.

12. Resultados Pretendidos em Termos de Economicidade e de Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos, Materiais ou Financeiros Disponíveis:

12.1. Como já foi explicitado neste Estudo Preliminar, o resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o bom apoio logístico efetivo pela SR/PF/TO e de suas unidades descentralizadas por meio de atividades de apoio que viabilizam a concentração da força laboral dos servidores nas atividades finalísticas, contribuindo, assim, para um melhor aproveitamento dos recursos humanos do Órgão.

13. Providências para Adequação do Ambiente do Órgão:

13.1. O Órgão já se encontra adaptado à prestação dos serviços demandados neste Processo Administrativo Licitatório.

14. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes:

13.1. Os serviços que se visam a contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

15. Declaração de Viabilidade ou não da Contratação:

14.1. A contratação dos serviços deste processo administrativo licitatório tem sua viabilidade comprovada pelas contratação vigentes dos serviços de manutenção predial (SEI nº 08297.004153/2018-97).

16. Equipe de Planejamento:

16.1. São responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa o Estudo Preliminar da presente contratação os seguintes servidores:

16.1.1. André Ribeiro de Almeida (SIAPE: 1819838).

16.1.2. Victor Hugo Moreira dos Santos (Matrícula PF 21.713)

16.1.3. Claudio Novaes de Faria (Matrícula PF 12.693)

Palmas/TO, na data da assinatura eletrônica.

(Assinado eletronicamente)
ANDRÉ RIBEIRO DE ALMEIDA
PERITO CRIMINAL FEDERAL
GTED/SR/PF/TO

(Assinado Eletronicamente)
VICTOR HUGO MOREIRA DOS SANTOS
Papiloscopista Policial Federal
GTED/SELOG/SR/PF/TO

(Assinado Eletronicamente)
CLAUDIO NOVAES DE FARIA
Agente Administrativo
NUMAT/SELOG/SR/PF/TO



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ RIBEIRO DE ALMEIDA, Perito(a) Criminal Federal**, em 17/01/2022, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR HUGO MOREIRA DOS SANTOS, Papiloscopista Policial Federal**, em 18/01/2022, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO NOVAES DE FARIA, Agente Administrativo(a)**, em 19/01/2022, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21745356** e o código CRC **DAED6580**.